

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2020

Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 31.03.2020 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ A informação considerada para o processo de monitorização tem por base a informação residente no sistema de monitorização do Portugal 2020.
- ◆ Nos Instrumentos Territoriais, apenas são consideradas as operações com ligação inequívoca a esses Instrumentos.

Análise Global

A 31 de março de 2020, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 28.819 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 7.652 M€ de fundo aprovado, 3.336 M€ de fundo executado e 3.502 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 23.064 operações, correspondendo a 6.379 M€ de fundo aprovado, 2.781 M€ de fundo executado e 2.904 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 5.755 operações, que correspondem a 1.273 M€ de fundo aprovado, 555 M€ de fundo executado e 598 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas continuavam a registar uma taxa média de compromisso (93%) e de execução (57%) superior aos PO Regionais do Continente (80% e 32%, respetivamente) e, no caso da taxa de execução, ao PT2020 (47%).

No final do trimestre, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 77%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Alentejo (89%). As taxas de execução variavam entre 29% no POR Alentejo e 34% no POR Lisboa e POR Algarve.

O POR Lisboa foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no primeiro trimestre de 2020, com um aumento de 6 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 1,8 p.p. no POR Centro e 3,7 p.p. no POR Lisboa.

NUTS II	Programação Financeira 2014-2020 (PR)	Fundo aprovado (AP)	Despesa validada (VAL)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)	
	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (VAL/PR)
	mil euros	mil euros	mil euros		%	
Portugal 2020	25.859.522	23.981.021	12.235.357	12.987.653	93%	47%
PO Regionais do Continente	7.752.603	6.220.581	2.452.701	2.616.451	80%	32%
PO Norte 2020	3.378.771	2.628.205	1.091.426	1.157.427	78%	32%
PO Centro 2020	2.155.031	1.652.218	661.181	701.130	77%	31%
PO Alentejo 2020	1.082.944	967.305	314.609	349.745	89%	29%
PO Lisboa 2020	817.081	722.887	278.456	296.861	88%	34%
PO Algarve 2020	318.676	249.967	107.029	111.288	78%	34%
PO Regiões Autónomas	1.538.707	1.431.125	883.280	885.236	93%	57%
PO Açores 2020	1.137.481	1.067.461	655.106	645.842	94%	58%
PO Madeira 14-20	401.226	363.665	228.175	239.394	91%	57%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2020

Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 7.952 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 2.759 M€.

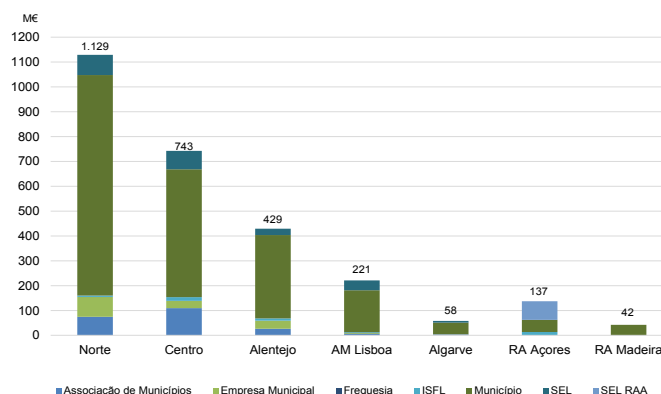
Os municípios mantêm-se como os principais promotores no âmbito da esfera municipal, com 74% do fundo aprovado de 2.044 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 1.129 M€ (41% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 539 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de registos de aprovações (1.101). Segue-se a PI 6.2 (investimentos no setor da água) com um volume de fundo aprovado de 399 M€ e 981 registos de operações.

No 1º trimestre de 2020, as PI 6.5 e 6.2 foram também as que registaram maiores volumes de aprovações: 26 M€ e 23 M€, respetivamente.

Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor Institucional, a 31.mar.2020



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Incidência Territorial - localização das operações

Até 31 de março de 2020 encontrava-se aprovado um total de 46.151 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 19.920 M€ fundo aprovado e 9.427 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (45%) e de fundo validado (46%). Seguem-se o Centro (33% e 34%, respetivamente) e o Alentejo com (9%, em ambos).

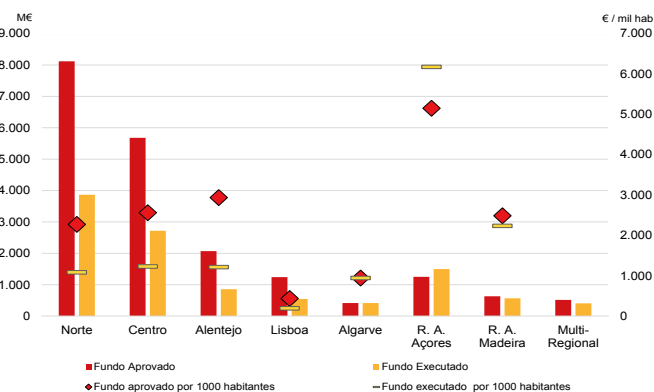
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes, por contraposição à A.M. de Lisboa.

Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão (M€), a 31.mar.2020

PO Temáticos / Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado
Portugal	2.960	2.001	5.132	2.182	2.128	1.076	1.935	780
Norte	1.571	1.044	2.430	1.075	959	467	529	186
Centro	987	689	1.882	831	693	342	466	197
Alentejo	292	187	408	147	223	106	181	102
Lisboa	n.a	n.a	30	1	130	94	357	88
Algarve	n.a	n.a	49	0	25	20	90	57
R. A. Açores	n.a	n.a	89	39	28	20	66	5
R. A. Madeira	n.a	n.a	0	0	22	8	245	145
Multi-Regional	110	81	244	89	48	19	0	0
Não Territorialized	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 31.mar.2020



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Nota: O investimento que não é passível de ser imputado apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2020

Instrumentos Territoriais

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 31 de março de 2020 era de 12.499.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovados 4.113 registos de operações como um volume de fundo associado de 819 M€ e 316 M€ validados. Cerca de 84% do fundo aprovado diz respeito ao FEDER.

Os PEDU, nas suas três áreas de intervenção, totalizavam 1.288 registos de operações aprovadas a que correspondia um montante de 624 M€ de FEDER aprovado e 205 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, estavam aprovados 7.098 registos de operações, maioritariamente na vertente rural (6.652). Continua a ser expressiva a preponderância desta vertente no volume de fundo aprovado, com 88%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

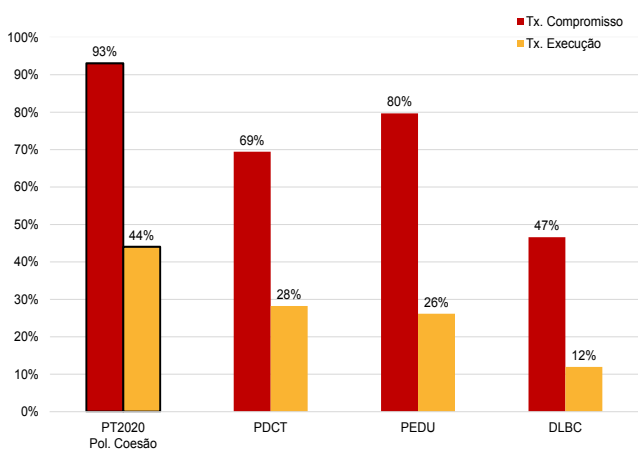
Compromisso e execução, por instrumento territorial, a 31.mar.2020

Instrumto Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1.162.627	819.084	315.744	326.428
FEDER	696.489	584.179	249.125	251.087
FSE	402.539	175.794	56.077	65.165
FC	13.532	12.663	8.714	8.412
FEADER	50.067	46.448	1.829	1.763
PEDU	783.717	624.483	204.943	203.721
FEDER	783.717	624.483	204.943	203.721
PARU (+)	203.095	175.524	82.530	83.136
FEDER	203.095	175.524	82.530	83.136
DLBC	306.200	158.114	42.930	47.017
Costeiro	39.364	14.545	3.408	3.488
FEDER	6.535	3.581	719	793
FSE	7.829	598	30	35
FEAMP	25.000	10.365	2.660	2.660
Rural	242.265	138.351	38.748	42.371
FEDER	55.037	51.001	15.918	19.446
FSE	57.225	10.061	635	888
FEADER	130.003	77.289	22.194	22.037
Urbano	24.571	5.218	774	1.157
FEDER	8.490	1.650	711	751
FSE	16.080	3.568	62	406

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

(+) O PARU, não sendo um Instrumento Territorial é integrado neste quadro pois assume um compromisso indireto dos POR para com os municípios (valor na coluna *Contratado*).

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento Territorial (Política de Coesão), a 31.mar.2020



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No primeiro trimestre de 2020, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (80%). Ainda assim estes valores encontram-se 13 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 69% e os DLBC uma taxa de 47%.

Os PDCT e os PEDU são os instrumentos com taxas de execução mais elevadas (28% e 26%, respetivamente), embora abaixo dos 44% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC, a execução continua a ser pouco expressiva (12%).

Em síntese, os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e, sobretudo, de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2020

Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 31 de março de 2020, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 13.052 registos de aprovações. O fundo comprometido era 1.777 M€, a execução 646 M€ e o volume de pagamentos 660 M€. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 819 M€ e nos PEDU de 624 M€. O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada continuou a ser o PARU, com 86%. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se no Alentejo (30,4%).

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (528). De referir ainda que o PARU do Alentejo registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (11 p.p.). No caso dos DLBC foi também o Alentejo que na vertente rural mais se evidenciou (+31 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 31 de março de 2020) por Região e por Instrumento Territorial.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário	Nº de Registos	Investimento/custo total	Investimento/custo total elegível	Fundo Comunitário			Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)
		mil euros					mil euros	mil euros				
Portugal 2020	n.a.	25.859.522	356.679	41.284.542	36.687.158	23.981.021	12.235.357	12.987.653	93%	47%	54%	106%
TOTAL - IT	379	2.455.640	13.052	2.998.468	2.426.540	1.777.205	646.147	660.301	72,4%	26,3%	37,2%	102%
PDCT	22	1.162.628	4.113	1.318.909	1.094.573	819.084	315.744	326.428	70,5%	27,2%	39,9%	103%
PEDU	105	783.717	1.288	995.500	789.806	624.483	204.943	203.721	79,7%	26,2%	32,6%	99%
PARU	170	203.095	553	264.582	208.334	175.524	82.530	83.136	86,4%	40,6%	47,4%	101%
DLBC	82	306.200	7.098	419.477	333.828	158.114	42.930	47.017	51,6%	14,0%	29,7%	110%
NORTE - IT	n.a.	1.137.761	4.726	1.363.703	1.076.437	858.599	310.716	313.955	75,5%	27,3%	36,6%	101%
PDCT	8	552.939	1.699	584.791	479.350	389.719	155.392	159.633	70,5%	28,1%	41,0%	103%
PEDU	29	387.679	591	513.060	384.311	326.187	101.196	99.406	84,1%	26,1%	30,5%	98%
PARU	57	99.613	289	137.834	111.592	94.853	42.131	42.071	95,2%	42,3%	44,4%	100%
DLBC	21	97.530	2.147	128.018	101.183	47.841	11.996	12.846	49,1%	12,3%	26,9%	107%
Costeiro	2	9.543	7	916	872	423	111	118	4,4%	1,2%	27,9%	107%
Rural	16	77.487	2.114	122.567	95.831	43.910	11.779	12.282	56,7%	15,2%	28,0%	104%
Urbano	3	10.500	26	4.535	4.480	3.507	107	446	33,4%	1,0%	12,7%	417%
CENTRO - IT	n.a.	738.066	3.871	768.184	640.576	475.207	165.496	172.264	64,4%	22,4%	36,3%	104%
PDCT	8	354.252	1.302	368.710	312.260	233.871	81.630	87.101	66,0%	23,0%	37,2%	107%
PEDU	32	210.167	232	188.454	163.363	138.859	46.023	45.634	66,1%	21,9%	32,9%	99%
PARU	68	73.846	157	81.670	63.300	53.805	25.804	26.484	72,9%	34,9%	49,2%	103%
DLBC	28	99.800	2.180	129.350	101.652	48.672	12.039	13.046	48,8%	12,1%	26,8%	108,4%
Costeiro	5	14.548	152	13.541	11.763	7.129	907	969	49,0%	6,2%	13,6%	106,9%
Rural	23	85.252	2.028	115.809	89.889	41.542	11.132	12.077	48,7%	13,1%	29,1%	108,5%
ALENTEJO - IT	n.a.	363.592	3.224	478.390	405.714	292.676	110.664	115.596	80,5%	30,4%	39,5%	104%
PDCT	5	165.137	819	201.023	172.818	130.234	54.467	55.114	78,9%	33,0%	42,3%	101%
PEDU	26	111.124	219	127.529	111.348	94.046	30.887	32.942	84,6%	27,8%	35,0%	107%
PARU	32	21.091	70	32.923	26.000	22.029	12.655	12.680	104,4%	60,0%	57,6%	100%
DLBC	11	66.240	2.116	116.916	95.549	46.367	12.654	14.860	70,0%	19,1%	32,0%	117%
Costeiro	1	3.776	74	6.129	4.587	2.767	564	573	73,3%	14,9%	20,7%	102%
Rural	10	62.464	2.042	110.787	90.962	43.600	12.091	14.287	69,8%	19,4%	32,8%	118%
A.M. LISBOA - IT	n.a.	187.401	925	357.101	281.315	139.133	54.431	53.658	74,2%	29,0%	38,6%	99%
PDCT	1	90.300	293	164.386	130.144	65.259	24.255	24.580	72,3%	26,9%	37,7%	101%
PEDU	18	74.747	246	166.456	130.784	65.392	26.836	25.739	87,5%	35,9%	39,4%	96%
DLBC	13	22.354	386	26.259	20.386	8.482	3.340	3.339	37,9%	14,9%	39,4%	100%
Costeiro	2	5.306	52	4.631	4.328	2.427	985	981	45,7%	18,6%	40,4%	100%
Rural	2	6.783	246	18.489	13.394	4.820	1.840	1.836	71,1%	27,1%	38,1%	100%
Urbano	9	10.266	88	3.139	2.665	1.235	515	522	12,0%	5,0%	42,3%	101%
ALGARVE - IT	n.a.	28.820	306	31.089	22.499	11.590	4.840	4.828	40,2%	16,8%	41,7%	100%
PARU	13	8.545	37	12.155	7.442	4.837	1.939	1.902	56,6%	22,7%	39,3%	98%
DLBC	9	20.276	269	18.934	15.057	6.753	2.900	2.927	33,3%	14,3%	43,3%	101%
Costeiro	2	6.191	23	5.109	4.520	1.798	843	847	29,0%	13,6%	47,1%	101%
Rural	3	10.280	222	12.522	9.556	4.479	1.906	1.890	43,6%	18,5%	42,2%	99%
Urbano	4	3.805	24	1.303	981	476	152	189	12,5%	4,0%	39,7%	125%